

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

excessivamente endividados não conseguirão libertar-se da dívida, submetendo-se assim a um ciclo vicioso de empobrecimento/endividamento.

Lina Coelho

Portugal

O “jardim da Europa à beira-mar plantado” esteve sempre em crise (etimologicamente, ponto de viragem ou ponto a exigir viragem). Mesmo nos períodos em que disso se não deu conta. Como nos quase cinquenta anos de ditadura, em que lhe disseram ser um país pobre e de brandos costumes, pão e vinho sobre a mesa, fados tristes, folclore alegre e futebol de congregadoras rivalidades, e outras modestas aspirações.

Ao mesmo tempo que diziam a este pequeno rectângulo-rosto-ocidental da Europa que ele se estendia imperialmente do Minho a Timor, muitos portugueses emigravam em busca das condições de vida que tão amplo território nacional lhes negava por via do regime fascista que o governava. A independência de Goa, em 1961, e as chamadas guerras coloniais dessa mesma década foram sintomas de uma crise maior a anunciar-se. E foi a Revolução de Abril de 1974 a grande crise portuguesa do século XX, um ponto de viragem radical, que permitiu a democracia, e durante algum tempo pareceu prometer um mundo novo, capaz de lidar eficazmente com milhares de portugueses regressados das ex-colónias, e de superar os traumas terríveis de perseguições e saneamentos, da contra-revolução, e da emigração, esta agora de luxo, de elites humilhadas, à espera de melhores tempos. Tempos que não tardariam a vir. Portugal, virado agora para a Europa, cresceu a reimaginar o centro, criou uma das mais progressistas constituições políticas, entrou na União Europeia, adaptou-se rapidamente ao euro, e o nível de vida das classes médias subiu consideravelmente, com projectos inovadores para a Educação, a Ciência, a Saúde, o Trabalho, e oportunidades acrescentadas para muitos mais. Mas não conseguiu, ou não quis, criar leis eficazes no combate à corrupção. Sinais de enriquecimentos ilícitos e fugas de capitais ameaçaram a estabilidade económica do país. É desta crise que falamos hoje.

Diz-se que a “ajuda externa” da troika (CE, BCE e FMI) com as suas medidas de austeridade está a salvar Portugal, como já acontecera em 1979 e 1983. Mas, em face das consequências para o nosso país da guerra em que as agências de notação norte-americanas esmagam o euro com o dólar, não podemos senão lembrar-nos da canção memorável de José Mário Branco,

“FMI”, em cujos sons reverbera outra mais antiga, os “Vampiros” de Zeca Afonso: “eles comem tudo”.

Maria Irene Ramalho

Nota: A pedido da autora, esta entrada mantém a grafia anterior ao novo acordo ortográfico.

Poupança

A poupança corresponde ao rendimento que não é gasto de imediato em consumo e que será porventura utilizado no futuro. Assim sendo, a poupança depende diretamente dos níveis de rendimento e de despesa. A poupança das famílias e das empresas é um recurso fundamental para o desenvolvimento da economia nacional, ao ser canalizada para o investimento. Deste modo, a decisão de poupar significa abdicar de consumo no presente em nome do consumo no futuro.

Nas décadas de 1970 e 1980, a taxa de poupança das famílias portuguesas ultrapassava 20% do rendimento disponível. Na sequência da adesão à Comunidade Europeia, o rendimento aumentou, mas o consumo aumentou a um ritmo superior e o endividamento também progrediu rapidamente. O valor da poupança diminuiu significativamente, atingindo, em 2007, 7% do rendimento disponível. Com os primeiros sintomas de crise, a poupança registou um crescimento até meados de 2011, altura em que voltou a diminuir em consequência da contração do rendimento disponível. A capacidade de crescimento da poupança parece estar agora comprometida: a diminuição dos rendimentos e dos benefícios sociais, combinada com o agravamento dos impostos e dos preços de diversos bens e serviços impedem que se possa poupar mais, o que aumenta a vulnerabilidade financeira das famílias aos graves constrangimentos financeiros que lhes são impostos. Sem uma “almofada” financeira, rapidamente resvalam para o incumprimento das dívidas e a insolvência.

Por sua vez, as empresas também diminuíram a poupança e aumentaram a sua dependência do sistema bancário para se financiarem. Com o acesso ao crédito dificultado e com escassez de recursos próprios, a sua capacidade de investimento está bastante enfraquecida, o que prejudica a recuperação económica e a criação de emprego. Segundo o Banco de Portugal, existe uma enorme desigualdade na distribuição da poupança. Assim uma pequena percentagem das famílias, precisamente as que possuem rendimentos mais elevados, é responsável pela maioria da poupança gerada em Portugal. E são